

Plano de emergência no Centro Histórico



Paulo Ormino de Azevedo

Arquiteto, professor titular da Ufba

ormindo1@terra.com.br

Em audiência da Comissão de Cultura da Câmara Federal, em 24/09, solicitada por Alice Portugal para discutir o estado do nosso Centro Histórico (CH), pronunciei o que se segue: "A marola da demolição de 32 imóveis na Montanha dá uma ideia do que será o tsunami da queda dos 1.500 sobrados escorados do nosso Centro Histórico. É preciso uma ação emergencial para evitar esta catástrofe cultural e política para a imagem da Bahia e do Brasil. A situação a que chegou o nosso CH se deve à retirada de suas funções centrais, ao seu esvaziado habitacional e marginalização viária. As ações realizadas nos últimos 40 anos visaram apenas a consolidação edilícia sem compreender que seu problema é urbanístico e social. A escala de intervenção foi sempre do imóvel isolado ou, no máximo, uma quadra. Nunca foi feito um plano compreensivo de todo o bairro.

Tirou-se dele a administração estadual e federal, a atividade cultural (cinemas, exposições, concertos, seminários), universitária, comercial e social representada pelas formaturas, casamentos, te-déuns e o footing da rua Chile. Planeja-se tirar agora a administração municipal. Na sua parte baixa, compartiu-se a atividade portuária, de exportação, importação e financeira com outros locais. E para completar expulsaram-se 2.000 famílias. Viariamente, excluíram-se o CH e o Comércio do projeto do metrô e deixaram-se arruinar os ascensores. Tudo isto em função de uma política de criação de mais-valia do solo ao longo das avenidas de vale e Paralela, à custa do investimento público. O resultado disto não poderia ser outro senão a deterioração do CH, do Comércio e de toda a

cidade baixa. É injusto e ingênuo atribuir aos proprietários esta situação, seria atribuir ao paciente a culpa pela epidemia que se deve à falta de saneamento básico.

A recuperação do nosso CH depende do PDDU e Louos que se pretendem aprovar, que não deveria considerar o solo urbano apenas pelo seu valor de troca e renda, senão de uso, de urbanidade. Mas não basta isto, é necessária a elaboração de um plano urbanístico para estes bairros que contemple a introdução de novas funções, a reciclagem da habitação, a ligação cidade alta e baixa, o transporte de massa, a integração peatonal da primeira linha de colinas com a segunda através de passarelas/ciclovias.

A situação do nosso CH contrasta com a de outras capitais, como o Recife, Belém e Manaus, com políticas mais urbanísticas que edilícias. O nosso CH é um belíssimo cenário histórico, mas não tem vida econômica nem sociocultural. Quem o viu uma vez passado dez anos não tem nada de novo a ver. Temos 1.500 sobrados em risco iminente, que para estabilizarem-se custará R\$ 1,5 bilhão, recurso que nem o Iphan, nem o Ipac e a Conder, nem a PMS dispõem. O pedido de missão que o CAU/BA, o IAB/BA e o Sinarq/BA fizeram à Unesco cria a oportunidade de esses órgãos conseguirem junto aos ministérios da Fazenda, Planejamento e das Cidades recursos extras para enfrentar a situação. Se o Brasil quer ter sítios na Lista do Patrimônio Mundial, tem que pagar o preço. O dilema dos órgãos de preservação é assumir a situação ou esperar o tsunami da queda de 1.500 sobrados da primeira capital do país".

P. ORMINDO ESCREVE DOMINGO, QUINZENALMENTE